



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



HABEAS CORPUS Nº	0007973-07.2013.8.17.0000 (0310264-3)
COMARCA:	FERREIROS
VARA:	ÚNICA
IMPETRANTE:	HUGO CORREIA DE ANDRADE
PACIENTE:	EVERSON DOUGLAS DOS SANTOS RODRIGUES
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADORA:	DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ROUBO QUALIFICADO. EXCESSO DE PRAZO. IMPROCEDÊNCIA. AUSÊNCIA DOS MOTIVOS AUTORIZADORES DA PRISÃO PREVENTIVA. MATÉRIA CONHECIDA E DENEGADA POR ESTA CORTE POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO HC 0015561-02.2012.8.17.0000 (0282344-3). REDIMENSIONAMENTO DA PENA-BASE. APRECIÇÃO NO RECURSO DE APELAÇÃO Nº 0283462-0. VIA RECURSAL ADEQUADA. PEDIDO NÃO CONHECIDO. ORDEM DENEGADA POR DECISÃO UNÂNIME.

I - Trata-se de processo com sentença condenatória, cujo Recurso de Apelação tombado sob o nº 283462-0, já foi relatado, estando, atualmente, com o revisor. Inexiste, portanto, qualquer ilegalidade a ser combatida por excesso de prazo.

II - A matéria referente à custódia preventiva do Paciente já foi devidamente apreciada por esta Corte Estadual quando do julgamento do *Habeas Corpus* nº 0015561-02.2012.8.17.0000 (0282344-3), que foi denegado em 17/10/2012, por decisão unânime. Matéria reiterativa, considerando não haver qualquer fato novo.

III - Da mesma forma, a matéria que diz respeito ao redimensionamento da pena do Paciente, que foi alegada no Recurso de Apelação interposto, deve lá ser combatida, por ser via adequada para tal.

Anjf



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



IV - Ordem denegada à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do *Habeas Corpus* nº 0007973-07.2013.8.17.0000 (0310264-3), no qual figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 25 de setembro de 2013.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



HABEAS CORPUS Nº	0007973-07.2013.8.17.0000 (0310264-3)
COMARCA:	FERREIROS
VARA:	ÚNICA
IMPETRANTE:	HUGO CORREIA DE ANDRADE
PACIENTE:	EVERSON DOUGLAS DOS SANTOS RODRIGUES
RELATÓR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADORA:	DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

O advogado **Hugo Correia de Andrade** impetra o presente *habeas corpus* liberatório, com requerimento de liminar, em favor do Paciente **Everson Douglas dos Santos Rodrigues**, indicando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ferreiros, no âmbito do Proc. nº 0000382-08.2011.8.17.0600.

Consta do processo que o Paciente foi denunciado e, posteriormente, condenado à pena de 8 (oito) anos e 18 (dezoito) dias de reclusão, em regime inicial fechado, nos autos da ação penal supramencionada, além de 30 (trinta) dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, incisos I e II, do CPB (sentença, **fls. 11/13**).

Extraí-se, ainda, que a autoridade indigitada coatora, por ocasião da sentença condenatória, decretou a prisão do Paciente, negando-lhe o direito de apelar em liberdade.

Alega o Impetrante, em apertada síntese, que o Paciente sofre constrangimento ilegal pelos seguintes motivos: a) excesso de

Anjlf

1-



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



prazo no trânsito em julgado da condenação; b) ausência de fundamentação idônea na decisão que manteve sua prisão; e c) redimensionamento da pena base aplicada, tendo em vista que o Juiz, quando da prolação da sentença, aumentou a reprimenda no seu patamar máximo, ou seja, em 2/5, levando em consideração a presença do número de qualificadoras, violando claramente as Súmulas 443 e 444, ambas do STJ.

A exordial não veio instruída com documentos.

Foi o pedido de liminar indeferido, às **fls. 34/35**.

Solicitadas informações à autoridade dita coatora, esta as prestou, conforme se vê às **fls. 41/42**, comunicando, outrossim, que o processo originário tinha sido remetido a esta Corte.

A Procuradoria de Justiça, pela **Procuradora Laíse Tarcila Rosa de Queiroz**, apresentou parecer às **fls. 49/52**, opinando pelo não conhecimento do pedido por se tratar de mera reiteração de pedido feito no *HC* nº 282344-3, de minha relatoria. Caso não seja esse o entendimento, opina pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 25 de setembro de 2013.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



HABEAS CORPUS Nº	0007973-07.2013.8.17.0000 (0310264-3)
COMARCA:	FERREIROS
VARA:	ÚNICA
IMPETRANTE:	HUGO CORREIA DE ANDRADE
PACIENTE:	EVERSON DOUGLAS DOS SANTOS RODRIGUES
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADORA:	DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

VOTO

Quanto ao eventual excesso de prazo para o trânsito em julgado da condenação, não merece prosperar. Trata-se de processo com sentença condenatória, cujo Recurso de Apelação, tombado sob o nº 283462-0, já foi por mim relatado, estando, atualmente, com o revisor. Inexiste, portanto, qualquer ilegalidade a ser combatida.

Em relação à custódia do Paciente, verifica-se que se trata de matéria já apreciada por esta Corte, por ocasião do julgamento do *Habeas Corpus* de nº 0015561-02.2012.8.17.0000 (0282344-3), de minha relatoria, cuja ordem foi denegada, à unanimidade, em 17/10/2012, por esta 3ª Câmara Criminal, nos seguintes termos:

EMENTA: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ROUBO QUALIFICADO. DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE. SENTENÇA CONDENATÓRIA QUE JUSTIFICOU A NECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO DELITIVA. EFEITO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA RECORRÍVEL. EXCESSO DE PRAZO DE SUA PRISÃO. IMPROCEDÊNCIA. COAÇÃO INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA POR DECISÃO UNÂNIME. I - A PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE ENCONTRA-SE DEVIDAMENTE JUSTIFICADA PARA GARANTIR A ORDEM

Anjf

3



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



PÚBLICA, DIANTE DE SUA PERICULOSIDADE CONCRETA, DEMONSTRADA POR SUA REITERAÇÃO NA PRÁTICA DE CRIMES DE MESMA NATUREZA, ROUBO MAJORADO, O QUE EXIGE MAIOR RIGOR DO ESTADO-JUIZ. CABE SALIENTAR QUE, APESAR DE SUAS ABSOLVIÇÕES EM DOIS PROCESSOS QUE TRAMITARAM EM COMARCAS DIVERSAS, SEGUNDO O DECISUM CONDENATÓRIO, HÁ NOS AUTOS DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO PACIENTE, CONFESSANDO A PRÁTICA DE MESMA ATIVIDADE CRIMINOSA EM PROCESSOS AFEITOS A OUTRO ESTADO, OU SEJA, EM PEDRAS DE FOGO, NA PARAÍBA, O QUE INDICA A SUA SENDA CRIMINOSA, AFIGURANDO-SE NECESSÁRIA A SUA MANUTENÇÃO EM CÁRCERE, POIS, UMA VEZ SOLTO, PODE ENCONTRAR OS MESMOS ESTÍMULOS PARA VOLTAR A DELINQUIR. NÃO SE PODE OLVIDAR, AINDA, QUE, DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA SUAS RAZÕES, COMO NO PRESENTE CASO, O SEU RECOLHIMENTO AO CÁRCERE CONSTITUI EFEITO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA, A TEOR DO ART. 393, INCISO I, DO CPP.

II - NÃO SE PODE FALAR EM EXCESSO DE PRAZO DA PRISÃO DO PACIENTE, A QUAL SOMENTE FOI DETERMINADA POR OCASIÃO DO *DECISUM* CONDENATÓRIO, DATADO DE 21/05/2012, ESTANDO ELE PRESO HÁ MAIS TEMPO EM VIRTUDE DE OUTROS PROCESSOS.

III - COAÇÃO ILEGAL INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA À UNANIMIDADE."

Assim, diante disso, quanto a este ponto, verifica-se que a prestação jurisdicional já está finda, sendo remansoso o entendimento dos tribunais no sentido de que não se conhece de pedido meramente reiterativo, considerando que não houve fato modificador do *status quo ante*.

Trago à colação jurisprudência do egrégio Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos: "***Habeas Corpus. Reiteração do pedido. 1. Quando a impetração é mera reiteração do pedido anteriormente***

Anjf

4



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



examinado, sem qualquer fato novo, não se conhece do pedido".
(STJ – JSTJ 36/270).

Por fim, em relação ao redimensionamento da pena base aplicada, tendo em vista que o Juiz, quando da prolação da sentença, aumentou a reprimenda no seu patamar máximo, ou seja, em 2/5, levando em consideração a presença do número de qualificadoras, violando claramente as Súmulas 443 e 444, ambas do STJ, trata-se de matéria também apresentada no recurso apelatório, acima mencionado, recurso próprio para apreciar tal irresignação, não devendo ser conhecida, portanto, neste *mandamus*.

Ante as considerações expostas, considero não haver qualquer ilegalidade ou abuso de poder que justifique a concessão do presente remédio constitucional, pelo que **voto denegando a ordem.**

Recife, 27 de 09 de 2013.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator